

Brasília-DF



ROSANA HESSEL (COM EDUARDA ESPOSITO)
rosanahessel.df@dabr.com.br

Muito demorado

Os rebaixamentos nas notas de risco do BRB feitos pelas três agências norte-americanas demoraram a chegar, na avaliação de um especialista desse segmento que pediu anonimato. Conforme avalia, as agências acabaram ignorando todo o imbróglie envolvendo o Master, que, pelas investigações da Polícia Federal (PF) na Operação Compliance Zero, foram identificadas R\$ 12,2 bilhões em fraudes na venda de carteiras de crédito podres ao BRB, divulgados no mesmo dia da liquidação do Master, em novembro passado.

Sem transparência

Analistas ainda lembram que o novo rebaixamento do BRB confirma a teoria do mercado financeiro de que a gestão anterior da instituição controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF) foi pouco transparente e colocou, segundo analistas, o banco à beira da falência. Ibaneis deixou o governo nesta semana para disputar uma vaga ao Senado, mas isso não vai impedi-lo de ser questionado sobre a gestão do BRB na campanha eleitoral.

Números confusos

Para analistas, entre os motivos do atraso na divulgação do balanço do BRB estão as dificuldades da instituição para contabilizar os ativos, após a compra de R\$ 12,2 bilhões da carteira de créditos podres do Master, identificados pelas investigações da PF na Compliance Zero, que culminou na liquidação do banco de Daniel Vercaro. "O Master sobrevaleorizava os ativos e, agora, o BRB está com dificuldade para saber o quanto tem de bens saudáveis que podem colocar no balanço", apostou um analista do mercado financeiro que pediu anonimato.

Buraco no FGC

A liquidação do BRB não é do interesse dos associados do Fundo Garantidor de Crédito — ou seja, os bancos públicos e privados que mais contribuem para o FGC. Eles não têm o menor interesse em bancar mais uma liquidação de banco médio, corroendo quase metade dos recursos do fundo novamente. Em junho de 2025, a liquidez do FGC era de R\$ 121 bilhões. A quebra do Master e de várias subsidiárias provocaram um rombo de, pelo menos, R\$ 52 bilhões em indenizações para correntistas e investidores — até o momento. A liquidação do BRB deveria provocar uma descapitalização do fundo de tamanho semelhante, segundo analistas. Eles citam os últimos dados do BRB enviados ao Banco Central, que indicando que R\$ 53,6 bilhões em depósitos na instituição poderiam ser cobertos pelo FGC, respeitando o limite de R\$ 250 mil para cada pessoa física ou jurídica.

Rebaixamento do BRB eleva preocupação no mercado

O rebaixamento pela Moody's das notas de crédito do Banco de Brasília (BRB) para CCC+ — que significa risco de calote — escancarou os problemas para o banco público se capitalizar e coloca o mercado financeiro em alerta devido aos problemas recentes de vários bancos médios, como Master, liquidado em 18 de novembro de 2025, pelo Banco Central. A Moody's não é a primeira das três agências de classificação de risco norte-americanas a rebaixar o BRB. A Fitch realizou dois rebaixamentos no fim de 2025 e, em março deste ano, foi a vez da Standard & Poor's. A justificativa da Moody's sobre a medida indica a necessidade de injeção de capital no banco, além do problema da não entrega dos balanços dentro do prazo regulamentar, que venceu em 31 de março.

» » » »

De acordo com Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos, o mercado financeiro está bastante preocupado com o BRB, ainda mais depois do desfalque bilionário do Master no Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Ele, inclusive, fez um alerta sobre o risco sistêmico para o mercado de crédito dos bancos médios, financiado pelos investidores que aplicam em Certificados de Depósito Interbancário (CDBs). "Os investidores estão muito reticentes em aplicar nos CDBs de bancos médios. E isso vai ter um efeito bem duradouro no mercado", previu.



Federalização descartada

O Ministério da Fazenda deu vários sinais de que o governo não tem interesse em federalizar o BRB. E na avaliação economista e consultor Roberto Luis Troster, ex-economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), isso faz todo o sentido, dado o tamanho do banco. "O BRB não é um banco importante para o desenvolvimento nacional, como eram os casos do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia, que foram federalizados. Não faz o menor sentido fazer o mesmo com o BRB. O banco precisa ser capitalizado", explicou.

Disse me disse

Servidores do BRB teriam, supostamente, vazado uma lista de colaboradores que seriam demitidos, devido a intenção da governadora Celina Leão em afastar todos aqueles ligados ao caso do Master. Há quem diga que ela tem sido pressionada a demitir alguns servidores e entregar o relatório sobre o caso.

O outro lado

Já o BRB rechaçou a suposta demissão de empregados do BRB supostamente envolvidos nos fatos investigados pela Compliance Zero. "O banco aguarda a conclusão do mesmo e destaca que a antecipação de imputação de responsabilidade de qualquer empregado é leviana", disse. Inclusive, de acordo com fontes ligadas à instituição, nem existiria a tal "demissão sumária".

Indefinição

A situação eleitoral da ex-ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, permanece indefinida. Nos bastidores, PT e PSB afirmam não conversar com ela sobre uma candidatura ao Senado por São Paulo — sobretudo, por causa da chegada da ex-ministra do Planejamento e Orçamento Simone Tebet ao partido de João Campos para a disputa da mesma vaga. Na Rede Sustentabilidade, como os leitores da coluna sabem, só há orçamento para uma campanha de Marina à Câmara. Fontes no PT afirmam que a ex-ministra deve ficar na Rede, o que indicaria disputa à reeleição como deputada.

PRISÃO DE BOLSONARO

Moraes amplia área contra drones

Inicialmente restrição no espaço aéreo próximo à casa do ex-presidente era de 100m. Ministro determinou que se estendesse para 1km

» EDUARDA ESPOSITO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, ontem, a ampliação do perímetro de proibição de voos de drones nas proximidades da casa do ex-presidente Jair Bolsonaro — que cumpre prisão domiciliar humanitária, por 90 dias, pela condenação por chefiar uma quadrilha que tentou dar um golpe de Estado no país. Na primeira decisão, o magistrado havia fixado um raio de 100m, que, agora, foi ampliado para 1km.

A alteração foi determinada depois de um ofício da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) ser enviado ao STF com uma reavaliação da restrição anterior. O comandante do 19º Batalhão de Polícia Militar, tenente-coronel Allenson Nascimento, pediu na quarta-feira uma reavaliação de perímetro depois de receber dados técnicos sobre a segurança da área.

Segundo a decisão de Moraes, a análise técnica conduzida pelo Batalhão de Aviação Operacional (Bavop) demonstrou que o raio de restrição de 100m era inadequado. "Isso porque o desenvolvimento tecnológico das aeronaves remotamente pilotadas possibilita a captação de imagens e dados em alta resolução a distâncias muito superiores, permitindo a observação minuciosa de ambientes privados e comprometendo a efetividade da medida protetiva", justificou Moraes na decisão.

Um dos pontos de advertência levantados pela PM é que as tecnologias avançadas de alguns modelos de drones permitem a observação minuciosa de ambientes privados e poderiam comprometer a medida protetiva de Bolsonaro. Dessa forma, a limitação anterior não reduzia adequadamente os riscos à segurança e à privacidade do ex-presidente. Com essa argumentação, Moraes acatou a

sugestão e aumentou o raio de proibição de drones no espaço aéreo da casa de Bolsonaro.

Desde 28 de março, a PM tem permissão para abater aeronaves, apreendê-las e realizar prisões em flagrante após relatar ao STF a presença de drones irregulares perto da casa do ex-presidente. A ação foi desencadeada após identificação de equipamentos não autorizados sobrevoando o imóvel, o que representa violação do espaço aéreo.

O Bavop usa drones para monitoramento aéreo e identificação de eventuais pontos de operação de dispositivos irregulares. Uma vez detectadas as aeronaves não autorizadas, equipes de solo vão à base da operação ilegal para prender os responsáveis pelos equipamentos.

Prejuízo

Para o piloto de drone Marcos Bremer, da MBA Drones, a decisão de Moraes pode prejudicar a utilização dos equipamentos para atividades regulares nas imediações da casa de Bolsonaro. "Acharia certo se selecionassem os drones para isso ou muita gente que trabalha com essas aeronaves em eventos menores podem ser prejudicados. Acredito que pode, sim, ter uma restrição de 1km, mas especificando o tipo de drone, por exemplo. Alguns drones não têm zoom tão potente para filmar a distância. Exemplos disso são as versões Mini da DJI e Neo. Qualquer zoom que você coloque, já perde uma qualidade considerável. Cem metros (de foco) para esses modelos é até alto", explicou.

De acordo com o piloto, essa medida pode causar prejuízos, como ocorreu na reunião do G20 no Rio de Janeiro. "Isso afeta quem trabalha diretamente com o drone — prejuízos para quem maneja e para quem contrata. Imagine: fecho o trabalho com um drone da linha mini, vou

Reprodução de vídeo/Rede Globo



Flagrante de Bolsonaro e Michelle levou ao controle do espaço aéreo

atender o contratante e sou abatido. Além do valor do drone e o risco de ser preso, tem também a possibilidade de não atender o cliente e gerar perdas para ambos. Um exemplo foi no Rio de Janeiro, na reunião do G20. Houve um bloqueio de 14km e isso causou prejuízos enormes para trabalhadores e empresas que precisam do serviço", justificou.

Os custos de um drone não são baratos. De acordo com o piloto, drones variam de R\$ 8 mil a mais de R\$ 200 mil. Os modelos com melhor zoom custam a partir de R\$ 12 mil.

O equipamento da Mavic Enterprise, que tem zoom de 56 vezes, custa em média R\$ 33 mil. Outro modelo caro é o DJI Inspire 3, que custa em média R\$ 170 mil.

A restrição ao espaço aéreo próximo ao condomínio onde fica a casa de Bolsonaro foi determinada depois que um drone operado pela Rede Globo flagrou o ex-presidente e a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro brincando com os cães da casa, na área próxima à piscina. As imagens foram imediatamente divulgadas pela imprensa e pelas redes sociais.



O desenvolvimento das aeronaves remotamente pilotadas possibilita a captação de imagens, permitindo a observação de ambientes privados e comprometendo a medida protetiva"

Trecho da decisão do ministro Alexandre de Moraes

Defesa quer incluir cuidador

A defesa de Jair Bolsonaro encaminhou um pedido ao ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), para que Carlos Eduardo Antunes Torres, irmão de criação da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, seja autorizado a atuar como cuidador do ex-presidente durante o período de prisão domiciliar. Os advogados pedem que o nome de Carlos Eduardo seja incluído no rol de pessoas autorizadas a frequentar a residência no Jardim Botânico, em Brasília, sem necessidade de autorização prévia do tribunal a cada visita.

Moraes concedeu a prisão domiciliar por 90 dias no fim de março, após Bolsonaro ser internado com diagnóstico de broncopneumonia bilateral. A decisão restringiu o convívio na residência a profissionais da equipe médica e aos parentes que moram na casa: a esposa Michelle, a filha Laura Bolsonaro e a enteada Leticia Firmino. Os filhos Flávio, Carlos e Jair Renan têm autorização para visitar o pai às quartas-feiras e aos sábados, em horários fixos.

A defesa argumenta que Michelle, Laura e Leticia têm compromissos profissionais e escolares

que impedem a permanência integral ao lado do ex-presidente. Segundo o pedido, Carlos Eduardo já atuou como acompanhante de Bolsonaro em outras ocasiões e tem a confiança da família para a função.

"Por se tratar de pessoa de confiança da família e que já exerceu a atividade de acompanhante do petionário em outros momentos, requer-se seja permitida a presença do sr. Carlos Eduardo Antunes Torres na residência do casal, sempre que se fizer necessário, especialmente durante as ausências da sra. Michele, independente de autorização prévia", diz o documento.

Ao determinar as restrições de convívio, Moraes justificou a medida com a necessidade de evitar risco de sepse e controlar infecções, em razão do quadro clínico do ex-presidente.

Bolsonaro foi condenado a 27 anos e três meses de prisão na ação penal que investigou a trama golpista. Ele recebeu alta hospitalar em 28 de março e cumpre as regras da prisão domiciliar desde então, entre as quais a proibição do uso de celular e do recebimento de visitas fora dos horários autorizados.